



TURISMO COMO ESTRATÉGIA DE (DES) ENVOLVIMENTO RURAL EM REGIÃO ATINGIDA PELA MINERAÇÃO

**Samanta Borges Pereira¹
Carlos Alberto Máximo Pimenta²
Viviane Guimarães Pereira³**

Resumo

Este artigo trata do tema do turismo em região atingida pela mineração, tendo em vista que o processo de implantação das mineradoras exige estratégias de minimização dos desmantelamentos sociais, econômicos e ambientais resultantes. Objetiva-se compreender, a partir da percepção dos (das) agricultores (as) familiares dos municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim, o interesse no desenvolvimento do turismo em suas comunidades, identificando os riscos, os entraves, os potenciais e os benefícios advindos a partir do desenvolvimento da atividade. O resultado aponta para a necessidade de cautela diante de propostas de desenvolvimento do turismo no espaço rural. Estas devem ser pautadas na valorização dos aspectos naturais, da cultura e da atividade produtiva das comunidades rurais e contar com a

Recebimento: 4/11/2016 • Aceite: 28/12/2016

¹ Mestranda em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá, MG, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: samantaborges81@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá, MG, Brasil. E-mail: carlospimenta@unifei.edu.br

³ Doutora em Administração na linha de Desenvolvimento, Gestão Social e Ambiente pela Universidade Federal de Lavras. Professora da Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, MG, Brasil. E-mail: vgpereira@yahoo.com.br

participação ativa da comunidade local em todas as etapas do desenvolvimento: da estruturação do produto ao controle dos resultados advindos da atividade.

Palavras-chave: Turismo; Turismo rural; Região atingida pela mineração; Desenvolvimento local; Desenvolvimento rural

TOURISM AS RURAL DEVELOPMENT AND ENVELOPMENT STRATEGY IN REGION AFFECTED BY MINING

Abstract

This study discusses the tourism theme in a region affected by mining, considering that the implementation of mining requires strategies to minimize the social, economic and environmental dismantlement. The goal is to comprehend the farmers' interest from Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro and Dom Joaquim, to develop tourism in their communities, identifying risks, barriers, potential and benefits from the development of tourism. The results indicate the need for caution in the face of tourism development proposals in rural areas. Proposals must be guided by the enhancement of natural and cultural aspects and the appreciation of the productive activity of rural communities. Projects must have the active participation of the local community in all stages of development: from the structure of the product to the control of the results arising from the activity.

Keywords: Tourism; Rural tourism; Region affected by mining; Local development; Rural development

Introdução

Este artigo trata do tema do turismo direcionado à agricultura familiar em região atingida pela mineração, enquanto fator de desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista que o processo de destruição inerente à implantação das mineradoras exige estratégias de minimização dos dismantelamentos sociais, econômicos e ambientais resultantes.

Parte-se dos princípios do desenvolvimento local e do turismo sustentável que implica, antes de seu planejamento e desenvolvimento, a participação ativa da comunidade receptora, explicitando suas demandas e seus receios, representando a equanimidade entre o poder público, o mercado, o turista e a comunidade.

Questiona-se a idealização de uma indústria do turismo, na condição de mercado corporativo gerador de emprego e renda, em detrimento de outros fatores como a preservação/degradação ambiental, a ilusão de progresso, a descaracterização do tipo de vida e trabalho e os choques culturais. Evidencia-se a valorização de outras reflexões sobre o papel do turismo no desenvolvimento, da perspectiva da preservação das relações socioculturais e ambientais, dos aspectos genuínos do ambiente rural, da autonomia e independência do (da) agricultor (a) e do fortalecimento do saber local.

Essas evidências colocam no centro das preocupações a seguinte pergunta: as famílias agricultoras possuem interesse em construir, implementar e gerir os planos de turismo conjuntamente, ou em detrimento, de suas atividades tradicionais? A pergunta se desdobra na seguinte problematização: o turismo nas comunidades rurais da região pode se configurar como mais uma forma de geração autônoma de renda, corroborando as novas configurações da agricultura familiar como atividade plural.

Dentro desse quadro, objetiva-se compreender, a partir da percepção dos (as) agricultores (as), o interesse no desenvolvimento do turismo em sua região, identificando os riscos, os entraves, os potenciais e os benefícios da atividade do turismo para as comunidades rurais.

Do ponto de vista metodológico, registra-se que a pesquisa⁴ foi executada na região de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro

⁴ Projeto de pesquisa nº 2308011772201544 realizado pelo Núcleo Travessia - Núcleo de Pesquisa, Extensão e Apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) com o apoio da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais.

e Dom Joaquim, atingida pela mineração após incursão pela empresa *Anglo American*, uma vez que a região procura formas de se reorganizar, na tentativa de minimizar os impactos da devastação sofrida pela prática da atividade minerária.

Utilizou-se de questionário semiestruturado, com questões abertas, que levantaram informações sobre os aspectos culturais como a presença de festas típicas, grupos culturais, artistas e artesãos e outros potenciais turísticos, tais como atrativos naturais e arquitetônicos, sem perder a centralidade da proposta - o interesse no desenvolvimento de atividades de turismo pelas famílias agricultoras.

Foram definidas 31 comunidades rurais, divididas em 19 regiões e contempladas com 55 entrevistas, realizadas em dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. O universo dos pesquisados teve a abrangência territorial dos três municípios. A escolha das comunidades se deu em reunião realizada em Conceição do Mato Dentro, com a presença dos agentes de desenvolvimento local que contribuiriam indicação das comunidades, levando em consideração as regiões de maior: integração produtiva, agricultores que possuem canais de venda com o comércio e os diversos mercados existentes; produtividade, unidades familiares de agricultores com maior produção; unidades familiares, concentração de agricultores familiares em atividade; impacto com a presença da mineração, comunidades que sofrem com os efeitos da exploração da atividade minerária.

A primeira etapa de aplicação dos questionários correspondeu à fase-teste do instrumento de coleta. A coleta dos dados foi realizada em dezembro de 2015, em 12 comunidades de Conceição do Mato Dentro: Água Quente, Capitão Felizardo, Costa Sena, Cubas, Goiabeiras, Itacolomi, Paraoninhas, Passa Sete, Rio Preto, Sapo, Tabuleiro e Três Barras, totalizando 17 entrevistas.

A segunda etapa de entrevistas aconteceu em fevereiro de 2016, quando 38 famílias foram entrevistadas. Em (a.) Alvorada de Minas foram visitadas 07 comunidades, quais sejam: Descoberto, Fazenda da Ponte, Lapinha, Maria, Morro dos Monteiros, Ribeirão Santana e Ribeirão de Tráz, totalizando 11 entrevistas; (b.) Em Conceição do Mato Dentro foram visitadas mais 06 comunidades, quais sejam Brejaúba, Córregos, Ouro Fino, Santo Antônio do Cruzeiro, Socorro e Tapera, totalizando 14 entrevistas; (c.) Em Dom Joaquim foram visitadas outras 06 comunidades, quais sejam: Machado, Quilombo Cachoeira, São João, São João da Ilha, Serra e Sesmaria, totalizando 13 entrevistas.

Utilizou-se como critério de análise dos dados o entrecruzamento das falas extraídas das entrevistas com a teoria

privilegiada, o que corroborou para a identificação dos pontos e contrapontos das informações levantadas em campo. A partir disso, as falas dos entrevistados foram categorizadas, a partir da percepção de quanto mais ou menos interessados eles estão em assumir o papel de condução do processo de desenvolvimento do turismo em suas comunidades.

A proposta teórica do texto, com diálogos diversos no campo do turismo e da cultura, caminha para pensar o desenvolvimento local (DOWBOR, 2010) e a sustentabilidade (SACHS, 2004) como ferramentas de participação dos agricultores familiares e das comunidades na condução dos seus próprios destinos, no sentido político de formatação de modos de geração de renda, de experiência com atividade turística e de autonomia dos agricultores e comunidades frente ao turismo empresarial.

Em três perspectivas, distintas e complementares, se busca a compreensão desse processo. A primeira traz o conceito de turismo, extraído do Ministério do Turismo, e suas implicações no campo do tema 'desenvolvimento', enfatizando dimensões do local e da sustentabilidade. A segunda, apresenta discussões sobre o turismo rural, no campo da cultura, como uma tática de manutenção da diversidade. A terceira, de base empírica, explicita as percepções dos agricultores sobre o turismo naquelas regiões e estabelecem as bases para esta proposição.

Turismo como estratégia de (des) envolvimento rural

Pensar as questões ligadas ao tema turismo impõe explicitar vertentes conceituais, as quais vão desde o envolvimento do receptor enquanto agente primeiro de seu desenvolvimento e o envolvimento do turista na vivência do cotidiano visitado até à sua caracterização enquanto estratégia de desenvolvimento econômico. Esta abrangência coloca em evidência a diversidade cultural e as idealizações de sustentabilidade e de desenvolvimento. Este trabalho orienta-se a partir deste questionamento: de quais perspectivas o turismo pode inviabilizar práticas caracterizadas como de desenvolvimento e sustentáveis?

O turismo rural, da perspectiva da constituição de um segmento que visa atender aos interesses do turista que deseja viver experiências genuínas no meio rural, está comprometido com o desenvolvimento de atividades relacionadas à produção agropecuária, valorizando produtos e serviços com a finalidade de resgatar e

promover o patrimônio cultural e natural da comunidade receptora (BRASIL, 2010).

Ressalta-se que pelo Brasil, há registros de uma série de casos em que o poder político local, na ânsia de aumentar a arrecadação ou de resolver demandas pontuais, tem permitido projetos turísticos sem os necessários estudos de impacto e sem a imprescindível participação da comunidade, fazendo com que o lugar torne-se propício para que o capital “travestido de turismo rapidamente descaracterize o tipo de trabalho e de vida, cause a desestruturação cultural, a agressão ambiental e uma paisagem degradada distante do imaginário do turista” (ALMEIDA, 2004, p.2).

O poder público deve atuar para tornar possível o fortalecimento das comunidades locais, a fim de assumir o papel de agentes de seu próprio desenvolvimento socioeconômico. O planejamento turístico sustentável configura-se aquele em que “a comunidade deixa de ser a parte consultada pelos técnicos e passa a ser o agente de seu próprio planejamento, ou seja, está descobrindo suas potencialidades e colocando-as a favor de seu próprio destino” (MERIGUE, 2007, p. 9).

Necessário diferenciar o que vem a ser turismo rural e turismo no espaço rural. No espaço rural ocorrem muitas práticas de lazer, esportivas ou de ócio citadinos, alheias ao meio em que estão inseridas e que são denominadas, por alguns autores, como turismo no espaço rural. O turismo rural é um recorte do turismo no espaço rural e reserva-se às práticas de atividades relacionadas à vida rural, sua economia e sua cultura (BRASIL, 2010).

Lanzarini (2009, p. 9) afirma que a atividade turística é “ambígua, pois ao mesmo tempo em que promove riquezas, empregos, melhoria de vida [...] também produz pobreza, exclusão social e fragmentação do espaço”. Para que se diminuam as chances da segunda opção, a participação da comunidade é condição *sine qua non* para que a atividade aconteça, desde a sua idealização e implantação, bem como na gestão dos planos de turismo para que se promova geração de renda e conseqüente melhoria de vida para as populações locais envolvidas.

A promoção da autonomia das comunidades, processo motivador para que a população se organize para gerir a atividade turística de forma participativa, cria um ambiente favorável à manutenção das características rurais da região, utilizando os recursos locais e os conhecimentos derivados do saber das populações, valorizando-os.

Há que se ter cuidado para que melhorias adquiridas com o desenvolvimento do turismo nas comunidades rurais, como possíveis ganhos de renda, melhorias de infraestrutura e geração de ocupações, possam causar a falsa ilusão de melhoria ampla das condições de vida, criando uma espécie de dependência do turista para garantir a renda das famílias (BRASIL, 2010).

As características básicas do turismo rural abrangem aspectos de manutenção das práticas produtivas tradicionais, dos recursos naturais, das características arquitetônicas e dos elementos e estruturas tradicionais, tendo em vista que são estes os interesses dos turistas que procuram por este segmento. Em se tratando de agricultores familiares, identifica-se a possibilidade da prática do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) definido como uma

atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (BRASIL, 2010, p. 21).

A manutenção das atividades produtivas tradicionais da propriedade e/ou das práticas e costumes relacionados a essas atividades garante o não abandono destas em virtude do sucesso conseguido com o turismo. A preservação dos mananciais, do solo, preservação ou recuperação da flora e da fauna nativas, inclusive dos aspectos paisagísticos, asseguram a proteção ambiental. O respeito aos elementos e estruturas tradicionais, às manifestações folclóricas, culinária, produção artesanal, técnicas construtivas, celebrações, valores, modos de vida e ideais das comunidades rurais, além de elementos que referendem a história da região e das famílias, fortalecem a identidade local e a autoestima das comunidades (BRASIL, 2010).

A possibilidade de geração de renda adicional para as comunidades locais faz do turismo rural um caminho para a revitalização econômica e social das regiões, a valorização dos patrimônios e produtos locais, a conservação do meio ambiente, a atração de investimentos públicos e privados em infraestrutura para os locais onde se desenvolve.

No entanto, para que esse segmento de turismo possa, de fato, constituir-se em um fator de desenvolvimento, são necessárias ações de estruturação e caracterização para que “essa tendência não ocorra desordenadamente, de modo a consolidar o Turismo Rural como uma opção de lazer para o turista e uma importante e viável oportunidade de renda para o empreendedor rural” (BRASIL, 2003, p. 5).

No relatório do Ministério do Turismo (Brasil, 2003), observa-se que as experiências desenvolvidas após os anos 90 assumiram formas com pouco profissionalismo, sem o embasamento técnico necessário, o que resultou em sobrecarga da estrutura rural por um número elevado de visitantes e veículos, problemas legais, degradação ambiental e descaracterização do meio e da própria atividade.

Na interpretação de Cunha & Cunha (2005), a intensidade dos impactos do turismo, positivo, negativo ou ambos, dependem da organização e da interação dos atores sociais para atingir pretensões comuns de melhoria de qualidade de vida, aumento do poder de atração turística, bem como a da preservação e proteção do ambiente natural e cultural.

Para esses autores, não se desconhece o potencial de desenvolvimento do turismo em todos os níveis, mas deslocam a questão para a insignificância da quantidade de modelos de avaliação do impacto da atividade no desenvolvimento local. Ainda na linha dos autores citados, modelos mais conhecidos são aqueles que avaliam o impacto do turismo sobre o emprego e renda. Por outra via, raros são os modelos que avaliam, de forma sistêmica, a influência positiva e negativa que o turismo tem sobre uma região e sua população, em termos econômicos, socioculturais e ambientais.

É importante destacar que da década de 1990 em diante, rompeu-se com a ideia de que a função principal do mundo rural tem que ser necessariamente a produção de alimentos e que a atividade predominante seria a produção agrícola. Ocorreu uma espécie de disjunção entre o mundo rural e a agricultura (SILVA; BALSADI; DEL GROSSI, 1997).

A concepção da ideia da figura do agricultor sofreu profundas transformações e a pluriatividade, que o estimula a ocupar novos espaços não agrícolas que se expandem no meio rural, contribuiu para a construção de novas identidades. Houve crescimento de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas nos territórios rurais brasileiros desde os anos 80 e assim, o rural foi tomado como um espaço, com uma nítida dilatação funcional, e diferenciando-se da abordagem que o identifica somente como setor agropecuário (CARNEIRO, 1998; ORTEGA, 2008).

Isso ajuda a pensar em caminhos para os agricultores da região em estudo, mas é importante não se deixar levar ingenuamente com as questões que envolvem o turismo. A exploração da atividade turística sob a égide do turismo sustentável deve atender às demandas da comunidade envolvida e gerar renda aos agricultores, sem provocar danos socioambientais e apagamento de culturas nas comunidades.

Quem deve se beneficiar com a atividade é, em primeiro plano, as comunidades locais, não se tornando proletário numa nova atividade, mas construindo, implementando e gerindo o turismo nos seus territórios. Segundo Oliveira (2001), Turismo Sustentável é o

turismo praticado de forma que promova a qualidade de vida das populações residentes na localidade de destino, respeite a sociodiversidade da comunidade receptora, por meio da conservação da herança cultural das populações e conserve os recursos naturais e paisagísticos deste local.

A literatura aponta perspectivas de que a prática do turismo sustentável pode trazer preservação de áreas naturais, de locais históricos, melhorias na infraestrutura e no meio ambiente e valorização da cultura. Também não desconhece o movimento inverso para essas afirmações, com o risco de o desenvolvimento desordenado do turismo provocar destruição ambiental e cultural e a desestruturação dos locais receptores. Nessa situação, as populações locais são as primeiras a arcar com o ônus da atividade.

Trata-se de pensar o turismo rural dentro dos parâmetros do desenvolvimento local sustentável, bem como contribuir para que os pequenos produtores rurais possam ter melhores condições de vida. Dessas perspectivas insinuam Zuin & Zuin (2008, p 109-127), levando-se em consideração os alimentos tradicionais e Hanai (2012,198-231), mesmo reconhecendo que o turismo alternativo ao mercado não alcançou a devida maturidade.

O desenvolvimento do turismo com vistas a atender apenas aos interesses do mercado e do capital, sem a participação da comunidade, provoca a exclusão, a descaracterização e o sentimento de que o turista não é um parceiro e sim um invasor, e as relações por consequência não são de hospitalidade, mas sim de conflito.

Turismo e cultura como tática de manutenção da diversidade

Das sugestões de Barros (2008; 2016), pode-se dizer que o turismo rural tem potencial para se caracterizar como instrumento de

manutenção da diversidade biocultural e de permanência das pessoas no mundo rural. Vê-se, na passagem da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores, a exacerbação de individualismos narcísicos, das flexibilizações e das frágeis relações de trabalho, em que a idealização de formações de competência supera as experiências comunitárias e coletivas. Esse resultado, não sem tensões e resistências, traz a sobreposição da hegemonia do mercado sobre a vida social.

Vê-se a possibilidade na busca por experiências dentro da lógica da vida rural, como consequência, de outra ordem, a qual o turismo interage com o lugar, as pessoas, as coisas e, ao mesmo tempo, permite ao morador visitado ser o promotor e organizador das atividades. Esse movimento apresenta potenciais de geração de renda, bem como poderá trazer menor impacto socioambiental àquela realidade.

O tema do turismo vinculado às questões da diversidade cultural não se traduz em um encontro fácil e tranquilo, quanto mais se adicionarmos os condicionamentos sociais impostos pelo mercado turístico à cultura e aos agentes culturais. As discussões sobre diversidade cultural, as quais não se descolam das dimensões bio-socioculturais-ambientais sustentáveis, têm seus desdobramentos referentes às táticas de inserções promovidas pelos diversos agentes culturais (TODOROV, 1999; YÚDICE, 2004).

Dentro dessas intencionalidades, as comunidades rurais dispostas ao desenvolvimento do turismo devem evitar todos os planos simbólicos e de representações absorvidos pela expansão social do consumo, tal qual descrito em Lipovetsky e Serroy (2015). A relação entre o turismo, a comunidade rural e a diversidade cultural devem potencializar espaços coletivos de cooperação, solidariedades e trocas, em que se valorize a singularidade e a autonomia das pessoas do lugar na condução de seus processos e vida coletivos.

Em outros termos, as inserções, conscientes ou não, devem privilegiar processos de reelaboração de estruturas cognitivas que incorporem as diferenças, sem colonialismos, autoritarismos, conservadorismos, imposições de modelos ou modelizações, mas permitir novas e outras expressões de vida, já que:

(...) as mesmas tendências econômicas e sociais que incessantemente transformam o mundo que nos rodeia, também transformam as vidas interiores dos homens e mulheres

que ocupam esse mundo e o fazem caminhar (BERMAN, 2007, p. 410).

Na dimensão das táticas de manutenção da cultura, autores como Froehlich (2003) e Lopes (2009), têm somado esforços para compreender como os agentes culturais elaboram estratégias e tecem táticas diante destes quadros sociais complexos, constituindo e reconstituindo suas identidades.

A conservação e o respeito à diversidade biocultural vêm do meio rural, em que se apreendem as vias pelas quais se constroem e reconstroem as tradições. Froehlich (2003) observa nas festividades rurais um conjunto de símbolos tradicionais que buscam, acima de tudo, reconstruir a história e a tradição, evocando um tempo pretérito, para que este sirva como suporte à construção contemporânea da estruturação coletiva de identidade, em resistência aos fluxos culturais globais, a exemplo do turismo de consumo.

Na aproximação do turismo rural com a cultura e diversidade, valorizam-se os apontamentos de Lopes (2009), no sentido de que uma cultura nunca se imobiliza a si própria, movimentando-se em dinâmicas ora estratégicas, ora táticas, mesmo diante do deslocamento entre tempo-espaço causado pela globalização.

Parece ser este o desafio do turismo rural - o de fortalecer a cultura local, em suas bases tradicionais, sem modificar seus estilos de vida, individual e coletivo, ou comprometer suas práticas tradicionais que lhe garantem o sustento, sem se deixar seduzir aos apelos do consumo e às individualizações.

Em Pimenta e Mello (2014) se identifica um conjunto de mecanismos de negociação que a cultura pode estabelecer dentro de processos de geração de renda, de resistências à imposição da cultura mundial, de valorização da diversidade cultural e, acima de tudo, de reivindicar políticas públicas culturais que evoquem a importância do local e das coisas do local. O risco é o de que, dentro dessa dinâmica de relações de força, o turismo possa ser traduzido como um novo agenciamento ou como imposição de novos e outros condicionamentos culturais (BOURDIEU, 1998).

Na lógica do turismo equânime, o coletivo e a participação devem ser permitidos e fomentados em todas as instâncias, para promover o surgimento de espaços viáveis de geração de renda, sem ressignificação ou modificação das práticas habituais. Ao turista, do ponto de vista da cultura e da diversidade, cabe vivenciar aquela realidade de forma genuína.

Pela via do turismo, há que se preservar as tradições, as identidades e os modos organizativos do mundo não urbano, em todas as frentes, principalmente no campo simbólico da cultura. Busca-se promover a consolidação de transformações efetivas e concretas que tragam às relações socioculturais manifestações simétricas, estéticas, éticas, não vulneráveis, que encapsule a lógica da concorrência, da competição, da meritocracia e faça emergir, não sem conflitos e tensões, espaços coletivos de cooperação e trocas, valorização da singularidade, movimentos de autonomia, solidariedades, priorização dos interesses coletivos em detrimento dos individuais, em que seja permissível eclodir conteúdos sociais e de diversidade biocultural aos processos de socialização.

Percepções sobre o turismo na região

Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro fazem parte do ‘Caminho dos Diamantes’, um dos caminhos da Estrada Real - maior rota turística do país, com mais de 1.630 quilômetros de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O Instituto Estrada Real foi criado em 1999 com a pretensão de organizar, fomentar e gerenciar o produto turístico Estrada Real; e está ligado ao Sistema FIEMG⁵. Dom Joaquim possui Plano Turístico Municipal com muitas produções associadas ao turismo, produção diversificada e agroecológica. Sendo assim, a região se caracteriza com potencial turístico, haja vista suas características naturais e históricas.

Da perspectiva das famílias agricultoras, há diferentes visões sobre o desenvolvimento da atividade na região. As percepções foram categorizadas em 04 tipos: 1. agricultores que se encontram desestruturados, tendo como prioridade a sobrevivência, na busca de condições mínimas de dignidade e, portanto, não se relacionam em nenhum aspecto com o turismo; 2. agricultores que prestigiam a natureza e a cultura, mas não compreendem esses fatores como valor turístico. Sua preocupação e interesse são com o uso da terra, da água e com a produção agropecuária, não reconhecendo outras práticas de

⁵O [Sistema FIEMG](#) trabalha para contribuir com a indústria mineira, buscando resultados que sustentem sua competitividade. É composto por cinco empresas: [Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais \(FIEMG\)](#), o [Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais \(CIEMG\)](#), o [Serviço Social da Indústria \(SESI\)](#), o [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial \(SENAI\)](#) e o [Instituto Euvaldo Lodi \(IEL\)](#). Juntas, essas empresas oferecem à indústria mineira estratégias para o desenvolvimento industrial. Para informações ver <http://www7.fiemg.com.br/mais-sistema-fiemg>.

geração de renda. Sabem da existência e da prática do turismo na sua região ou em regiões próximas à sua comunidade, mas entendem que ele é feito pelo outro, pelo “de fora”, apartado da sua realidade, a ser estruturado e desenvolvidos por outros e para os outros e não pelas pessoas da comunidade nem para as pessoas da comunidade; 3. agricultores que reconhecem as potencialidades naturais e culturais da região, com possibilidades de geração de renda para suas famílias, mas de forma indireta, não se reconhecendo como atores principais nesse processo; 4. agricultores que reconhecem seus valores e estão motivados a participar da estruturação do turismo na região, pensando até em projetos para geração de renda para suas comunidades.

A maioria dos entrevistados deram respostas dentro dos argumentos sistematizados nos tipos 2. e 3. Reconhecem as belezas naturais e os aspectos histórico-culturais da região, mas não se colocam como protagonistas para o desenvolvimento da atividade do turismo ou não identificam os aspectos naturais e históricos com potencial de aproveitamento pela via do turismo. Concordam que o desenvolvimento da atividade envolve a realização de melhorias nas estradas de acesso às comunidades, com legislações e regulamentações específicas (CAMPANHOLA; GRAZIANO, 2000).

A análise foi realizada por município que compõe a região atingida pela mineração e sintetizada para visualização das diferentes nuances que o turismo apresenta na região.

Alvorada de Minas

No município de Alvorada de Minas, nas comunidades de Bom Jesus, Descoberto e Morro dos Montes, registrou-se a inexistência de direitos básicos de manutenção das famílias, o que trouxe desconforto na abordagem do tema do turismo, em face da distância quanto às prioridades demandadas pelas famílias. Na luta pela sobrevivência, a prática do turismo é atividade alheia à realidade dos agricultores visitados.

Apesar de o município pertencer a rota turística do ‘Caminho dos Diamantes’, da Estrada Real, a pesquisa não identificou entre os grupos pesquisados nenhuma família agricultora que reconhecesse o potencial para o turismo, mesmo entre aquelas que se lembraram de festas e celebrações religiosas ainda existentes.

Conceição do Mato Dentro

As famílias agricultoras entrevistadas percebem os riscos e benefícios do desenvolvimento da atividade turística em sua região.

Dentre os que reconhecem os benefícios advindos dessa atividade, há consenso sobre a necessidade de estrutura – estradas, equipamentos de apoio, capacitação profissional - para o desenvolvimento da mesma.

Devido à amplitude territorial deste município, a interpretação sobre o turismo é diversa. Na região de Brejaúba e Socorro, comunidades localizadas na extremidade sul do município, a concepção dos (das) agricultores (as) sobre o potencial turístico aponta para a inexistência deste. Há outros interesses a serem atendidos que são prioritários para a comunidade. A região carece de melhorias estruturais como a reparação das estradas e o controle da violência que vem crescendo exponencialmente após a chegada da mineradora.

A distância da sede do município também é fator que influencia na descrença de efetividade no desenvolvimento do turismo na região. Entretanto, ainda há a presença de festas religiosas tradicionais nas comunidades, como a Festa do Rosário, a Festa do Divino, a Cavalgada, o Sábado de Judas e o Domingo de Páscoa do Bozinho⁶ que podem ser apoiadas como meio de fortalecimento dos laços na comunidade.

A região do Sapo, Passa Sete e Água Quente, localizada próxima à mina da *Anglo American*, sofre acentuadamente com o findar das águas e a eclosão da violência e da prostituição, além do arrefecimento das pessoas da comunidade e também desacreditam no desenvolvimento do turismo.

Tinha a festa do Sapo, religiosa, com procissão e barraquinhas, que ia muita gente, e também os rodeios. O movimento das festas caiu porque os peões da *Anglo* invadiam e ficavam arrumando briga por causa de mulher, e só tomavam pinga, nem davam lucro. Além disso, o povo não quer mais festejar, só ficam se lamentando o dia todo. Antes tinha os rios, agora não tem nada⁷.

Apesar disso, nessas comunidades ainda ocorrem novenas, cavalgadas e forró, além da presença de igrejas e cemitérios antigos - este último corre riscos de desaparecimento, pois a mineradora quer

⁶ Apesar dos grupos culturais que se apresentam nas festas virem de outras comunidades.

⁷ Trata-se do depoimento de agricultores familiares da Comunidade Água Quente, município de Conceição do Mato Dentro. Todas as falas evidenciadas durante este texto são dos (das) agricultores (as) entrevistados em pesquisa de campo, descrita na metodologia. Cabe ressaltar, também, que, por questões éticas, não serão mencionados os nomes dos agricultores entrevistados.

desfazê-lo para ocupar a área. A proteção da arquitetura local e o resgate das festas tradicionais, indicadas como reza do mês de maio, festa do Sapo, no formato de procissão e barraquinhas, podem colaborar com o fortalecimento das relações da comunidade que se encontra prostrada, devido às transmutações ocorridas com a chegada da mineradora.

A região de Capitão Felizardo, conhecida como Fazenda, e Costa Sena se localizam distantes da sede do município, ficando na ponta oposta à região de Brejaúba e Socorro, possuindo maior relação com os municípios de Gouveia e Congonhas do Norte. Entretanto, para essas comunidades observa-se uma perspectiva melhor quanto ao turismo. Acredita-se na possibilidade de presença do turista na região, reconhecendo as cachoeiras e as manifestações culturais populares com potencial turístico. Entretanto, há clareza sobre a necessidade de apoio e estruturação. Um agricultor de Capitão Felizardo posiciona-se: “seria o turismo para o pessoal conhecer as roças; o alambique; andar de cavalo; nadar no rio. Mas o povo da roça é meio cismado; precisaria de alguém pra organizar”.

Há farta presença das festas, com a participação de pessoas de fora das comunidades, e possuem um grupo consolidado de Folia de Reis, condições que favorecem a confiança na atividade.

Tem a Festa do Peixe, do Cemitério do peixe, comunidade vizinha, que vem muita gente de fora. Acontece em agosto e é festa religiosa. Já apareceu até na televisão. Tem a Festa do Padroeiro São João. Esta só participa o pessoal da comunidade. Tem a Folia de Reis, em janeiro. Como é férias, quem mora fora também participa.

A região que abrange Itacolomi, Parauninha e Tabuleiro tem forte apelo turístico, devido à presença das cachoeiras, poços e corredeiras. Apesar dos moradores reconhecerem as belezas naturais, existem aqueles que não lhes atribuem valor turístico. Uma agricultora de Itacolomi disse: “(...) tem só as cachoeiras por aí; tem um rio em Candeias também que é a coisa mais linda que eu já vi”. Para além das belezas naturais de Itacolomi, as festas estão presentes. Realizam-se as festas de São José, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora Aparecida, mesmo sem serem reconhecidas com valor turístico.

Na comunidade de Parauninha, além da cachoeira Três Barras, existem também o grupo de Marujada, que se apresenta na comunidade e em outras localidades, e a festa do Rosário, em

setembro, acontecendo uma em cada arraial. O local recebe alguns turistas e já existe uma família que fornece comida por encomenda para os turistas.

A região do Tabuleiro é conhecida nacionalmente como um lugar turístico. A cachoeira do Tabuleiro é a maior do estado de Minas Gerais e a terceira maior do Brasil⁸. Houve relatos sobre a existência das festas do Rosário, do Sagrado Coração, de São Sebastião, de Nossa Senhora da Conceição, da Marujada, da Novena do Menino Jesus e de trabalho artesanal. Quanto ao trabalho artesanal, foram identificadas pessoas que reformam faca, facões e enxadas, confeccionam instrumentos tipo arco e flecha para atirar pedras, fabricam cadeiras, fazem objetos de artesanato em couro, em bambu e artesanatos em geral.

São as pessoas com as melhores rendas, vindos de fora da comunidade, que estão envolvidas com a atividade turística. Há que se ter cuidado sobre o desenvolvimento do turismo de forma não participativa, feito pelos outros, de fora, e para os outros. Em Rio Preto, comunidade vizinha de Tabuleiro, a família entrevistada, caracterizada pela forte união entre os membros e trabalho intenso, fez uma observação sobre o turismo na região próxima de sua comunidade: “Na Serra, dizem que o pessoal tomou conta, pessoal de fora tomou força... mas isso é lá pra cima, não tem nada com a gente”.

Necessário observar e questionar quem são os atores envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo. A concepção do turismo sustentável requer, acima de tudo, o desejo da comunidade. Esta deve participar da sua construção e se beneficiar diretamente de seus resultados. Vale lembrar que esta pesquisa tem as comunidades rurais de agricultura familiar como foco. O planejamento do turismo no espaço rural deve percorrer caminhos que venham, portanto, a beneficiar essas comunidades.

Para os moradores das comunidades de Córregos e Ouro Fino, localizadas próximas à sede de Conceição do Mato Dentro, as potencialidades do turismo são reconhecidas: a presença da Estrada Real, de cachoeiras, trilhas, do rio de Córregos, de construções arquitetônicas históricas e da culinária como as quitandas e o queijo artesanal foram identificadas como pontos atrativos ao turista. As festas religiosas acontecem o ano todo, como a de São Sebastião, a Semana Santa, a do Rosário, a de Nossa Aparecida, as Natalinas, a do Divino e a do Cruzeiro.

⁸ Extraído do site <http://guiaviajarmelhor.com.br/cachoeira-do-tabuleiro-a-maior-queda-dagua-de-mg/>. Acesso em 20 de março de 2016.

Em Córregos há uma banda – banda de Nossa Senhora Aparecida -, um grupo de Folia de Reis, um grupo de quadrilha e contadores de história. No distrito do Gondó, um agricultor informou sobre a existência de uma pessoa que faz arreio. Em Ouro Fino, as rezas e o grupo de Folia de Reis, não ocorrem mais, mas o grupo de marujada ainda continua. Há também artesãos que realizam diversos trabalhos em madeira como pilão, móveis em geral e forro de Taquara. Todos concordam sobre o potencial turístico, mas identificam a ausência de estrutura para o desenvolvimento da atividade.

A região de Cubas, Buraco e Três Barras foi reconhecida pelos entrevistados como tendo características turísticas fortes a serem desenvolvidas. Cubas é reconhecida como comunidade quilombola há quatro anos, sendo a primeira região tombada do estado de Minas Gerais. Percebe-se um sentimento de orgulho das suas tradições e da riqueza cultural. Os agricultores demonstram intenções de retomada de saberes que estão desaparecendo, como o resgate da Dança do Umbigo e a retomada da Fogueira-Viola. No que diz respeito à Umbigada, tem-se notícia de que somente um morador das redondezas é conhecedor da dança.

A manutenção das manifestações culturais não é tarefa fácil. Registrou-se que, no passado, havia rezas durante todo o mês de maio que não ocorrem mais. Em Três Barras, na celebração de reconhecimento da comunidade quilombola, aconteceu uma apresentação da Dança do Pilão, caracterizada por um compasso de batidas de mãos, pés e pilão. Sabe-se que o grupo de Marujada de Três Barras extinguiu-se faz vinte anos, devido ao desinteresse das novas gerações.

Cabe ressaltar que apesar das dificuldades, as festas resistem. A Festa do Divino acontece há mais de 100 anos, entre julho e agosto, época da seca, em que são servidos café da manhã, almoço e doces. As Festas no Cruzeiro, Festas do Rosário, em setembro, e o Mês de Maria, em maio, também sobrevivem. Nesse espaço de manifestações populares, registra-se que o crescente conservadorismo rechaça os festejos tradicionais, o que pode provocar o enfraquecimento e consequente desaparecimento dessas manifestações.

Na comunidade do Buraco, encontram-se árvores nativas denominadas de candeia, resistentes para cerca e construções, encontradas em lugares com vestígios de escravização. Encontram-se, também, cachoeiras⁹, comidas típicas das comunidades quilombolas, os

⁹ Há cachoeiras em propriedades rurais que são desconhecidas pelo turista. Em uma das casas das famílias entrevistadas, havia mais de 13 cachoeiras.

saberes populares – as parteiras e as pisquinhas¹⁰ –, o artesanato de raízes, de bambu, de couro e os bordados das mulheres.

Há desconforto por parte dos agricultores e agricultoras a respeito da presença de pessoas de fora das comunidades nas cachoeiras. Para o agricultor do Buraco “(...) as cachoeiras não trazem nenhum efeito positivo. As pessoas vão na cachoeira para usar drogas”. Os entrevistados de Cubas informaram que os frequentadores das cachoeiras costumavam sujar o local, colocar som alto e usar drogas.

Esses comportamentos são incomuns no ambiente rural tradicional, causando estranhamento e desconfiança. Contudo, não descartam o potencial turístico, que pode vir a ser desenvolvido, desde que haja planejamento, organização e apoio. Entendem que “poderiam vender comida e os produtos de bambu e de bordado para os turistas, mas precisa de organização (...). Não tem artesão porque não vende”.

Os entrevistados listaram um conjunto de atrativos turísticos que variam entre produtos, paisagens e relações. Deles destacam-se: a muçarela, a pecuária, leite e derivados, as águas, a terra, as pessoas, as quitandas e a natureza. Essa percepção dos moradores das comunidades mostra o que é valorizado por eles e que representam a identidade local.

Dom Joaquim

No município de Dom Joaquim não há percepção de benefícios e interesse pelo desenvolvimento do turismo, na quase totalidade das famílias agricultoras entrevistadas. Apesar da forte presença das festas tradicionais religiosas e de belezas naturais, a fala de um agricultor de São João é expressiva: “(...), não, aqui não tem nada que atrainha. Tem cachoeira, mas é particular”.

Em São Joaquim, relata-se que o desaparecimento das festas deve-se ao conservadorismo crescente e a falta de apoio da prefeitura. Para os agricultores de Machado o argumento segue na mesma direção: “(...) as festas diminuíram, (...) os moradores (...) não podem festejar. Não fazem mais forró e não tem mais folia de reis. (...) agora não tem mais farra. Eu tenho 72 anos, já dancei muito forró”.

Nota-se que o esvaziamento das práticas culturais, a ausência do apoio do poder público e de ações coletivas das comunidades provocam o enfraquecimento das tradições locais. A retomada das festas é vista como uma possibilidade de fortalecimento da identidade

¹⁰ As pisquinhas são uma mistura de versos e adivinhações que se transformam numa brincadeira, segundo explicação de um morador da comunidade.

e ajuntamento das comunidades, as quais se reconhecem como desunidas, não valorizando suas práticas culturais. O relato coletado em Sesmarias ilustra esse momento: “o festeiro andou desanimado e não conseguiu fazer a festa (...). O melhor é quando tem as festas e reúne a família”.

As festas têm a capacidade e o potencial de se estabelecer como um canal de exposição, valorização e comercialização das produções agropecuárias dos agricultores, bem como servir de suporte e apoio ao resgate das festas e outras manifestações que eram constantes, mas se enfraqueceram. Segundo os entrevistados, a causa do esmaecimento deve-se ora pela desunião, ora pelo aumento do conservadorismo, ora pelo desânimo, ora pelo distanciamento da juventude quanto às questões do campo, ora pela falta de apoio do poder público local. Identificou-se em Dom Joaquim, apenas pequenas cavalgadas nas fazendas e a Cavalgada de Junho, denominada de Jubileu.

Entretanto, a comunidade quilombola presente no município tem capacidade de valorização dos seus saberes - assim como os quilombolas de Conceição do Mato Dentro. O quilombo Cachoeira realiza festas populares e tradicionais como a Marujada e o Caboclo, as coroações de Maio e as noites de reza no mês de dezembro.

Todos enfatizaram a existência de doces, quitutes, quitandas, rapaduras, bem como uma diversidade de elementos da culinária da região, evidenciando sentimento de orgulho de pertencimento à comunidade. Relatou-se que a comunidade recebe visitantes por conta de ser “comunidade quilombola (...), e as pessoas querem conhecer”.

Esforço de síntese

Considerando a perspectiva das famílias agricultoras que demonstraram interesse no desenvolvimento do turismo, este pode-se valer das práticas culturais (culinária, festas, danças etc.) e o desfrute das belezas naturais como atrativo a ser fomentado. Reitera-se o alerta para a necessidade de avaliar as políticas públicas de turismo locais e sua relação com o aproveitamento do ambiente rural enquanto espaço de trocas culturais com as comunidades. A atividade turística no espaço rural deve ser promovida a partir dos interesses de seus moradores, principais ocupantes, utilizadores e preservadores desse espaço. É fundamental o diálogo entre os diversos atores para que as políticas públicas nesse espaço estejam aliadas ao interesse e participação das comunidades rurais e os projetos solidários se voltem para estes interesses.

A atividade do turismo ganha relevância da perspectiva de que o turista possa vivenciar novas experiências, as quais se caracterizam na forma de vida simples do campo e do lugar, ao mesmo tempo em que desfruta das cachoeiras, das riquezas naturais, da culinária, das festas, das manifestações culturais e da experiência histórica.

A região possui atrativos naturais, como as montanhas e as cachoeiras, que são usualmente explorados pelo turismo de aventura ou ecoturismo, atividades realizadas no espaço rural, mas alheias à realidade de seus moradores. É necessário potencializar outros elementos que fomentem as atividades culturais, culinárias, artesanais, simbólicas, inserindo os agricultores e agricultoras no planejamento e desenvolvimento do turismo e que caminhe na direção do fortalecimento identitário do lugar, das pessoas e das coisas.

Considerações finais

O artigo se propôs compreender a percepção dos agricultores e agricultoras sobre os riscos, os entraves, os potenciais e os benefícios da atividade do turismo para as comunidades onde vivem.

Da proposição buscou-se identificar o grau de interesse das famílias agricultoras no planejamento e implementação do turismo em suas comunidades, levando em consideração a manutenção de suas atividades tradicionais e a autonomia dos agricultores enquanto atividade alternativa e complementar de geração de renda.

Os (as) agricultores (as) entendem os riscos e os benefícios que a atividade do turismo pode promover: os entraves ficam por conta da falta de estrutura e da ausência de apoio do poder público local; os benefícios estão no reconhecimento do potencial da região, em face da presença de festas populares, das diversas manifestações culturais, do patrimônio histórico, das riquezas naturais e da culinária regional.

As propostas de desenvolvimento do turismo no espaço rural devem abranger os interesses das comunidades rurais dos municípios pesquisados, pois são nas comunidades que estão os sujeitos deste estudo – os agricultores e agricultoras familiares. Quaisquer iniciativas nesse sentido devem pautar-se na valorização dos aspectos naturais, da cultura e da atividade produtiva das comunidades rurais, gerando complementação da renda familiar.

Dentro dos preceitos do desenvolvimento do turismo como atividade sustentável, a participação da comunidade local em todas as etapas do desenvolvimento turístico é indispensável: da estruturação do produto ao controle dos resultados advindos da atividade. Portanto, o investimento no turismo nas regiões estudadas precisa, antes de

tudo, envolver as comunidades em todo o processo de planejamento, organização e controle dos resultados e impactos da atividade.

A estruturação, citada por muitos agricultores e também pelos agentes de desenvolvimento, envolve melhorias nas estradas de acesso às comunidades, com legislações e regulamentações específicas (CAMPANHOLA; GRAZIANO, 2000). Envolve ainda a organização do tráfego da área urbana, o desenvolvimento de sistemas médico-hospitalares, de segurança pública e de outros serviços e equipamentos de apoio que consigam suportar os períodos de alta presença do turista, sem prejudicar a vida cotidiana dos moradores da região.

A estruturação também envolve a adequação dos locais de hospedagem, como as casas dos agricultores, que pode fugir à lógica do próprio ambiente rural. Para os turistas e agentes de turismo, as características estéticas do rural podem ser interpretadas como precariedade de infraestrutura. Além disso, a presença de um turista nas casas dos agricultores pode modificar toda a lógica de organização das unidades familiares.

Os municípios sede podem sofrer impactos negativos com o desenvolvimento do turismo de forma desorganizada e não planejada de forma participativa. Conceição do Mato Dentro, por exemplo, já sofre com o aumento da circulação de pessoas devido à presença da mineradora e do empreendimento de construção da mina. Já tendo tradição no turismo, também sofre nos feriados com o fluxo de turistas. O acesso às comunidades rurais passaria pela área urbana do município. Ou seja, os problemas já evidentes do município seriam agravados pelo aumento de pessoas na cidade, sobrecarregando o tráfego de carros, de pessoas, o acesso aos equipamentos de apoio ao turismo como bancos, hospitais, agências postais, etc.

A prática do turismo sustentável refere-se à identificação e valorização da cultura e saberes locais, que represente a sua identidade e se relacionem com as características do local visitado, possibilitando a vivência de novas experiências. A farta presença das festas populares, grupos culturais e artesanato mostra que o fomento às produções locais através de projetos de apoio a esses eventos e grupos pode ser uma possibilidade de geração de renda e manutenção desses saberes. As festas podem se caracterizar como produtos turísticos que permitirão a vivência de experiências singulares pelo turista e o desenvolvimento do sentimento de orgulho nos camponeses.

Como o turismo está diretamente ligado à valorização cultural do mundo rural, sugere-se que quaisquer projetos de desenvolvimento turístico pautem-se inicialmente na valorização da identidade e autenticidade cultural, desencadeando um resgate de valores, códigos

e costumes que venham a fortalecer a agricultura familiar, aumentando a autoestima destas populações. Por esta via, as ações de fomento ao turismo podem ser pensadas de modo a aumentar a renda, através da comercialização de produtos aos consumidores/turistas, da vivência do turista, de atividades recreativas, sendo muitas as formas de se desenvolver o turismo rural.

Independente do posicionamento dos agricultores torna-se imprescindível que os grupos interessados participem como agentes de primeira ordem no desenvolvimento (DOWBOR, 2010) e nas ações de sustentabilidade (SACHS, 2004) da região onde vivem. Para o incremento do turismo nestas bases, sustentáveis e participativas, é fundamental que lideranças comunitárias e agentes de desenvolvimento possam conhecer experiências concretas em que o turismo se deu em comunidades receptoras, sendo elas as gestoras e mantenedoras da atividade e de seus resultados.

Referências

- ALMEIDA, M. G. Desenvolvimento Turístico ou Desenvolvimento Local? Algumas Reflexões. In: **Anais do ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local**, Curitiba, 03 a 06 de novembro de 2004.
- BARROS, J. M. Cultura, Diversidade e os Desafios do Desenvolvimento Humano. In: **Diversidade Cultural: da proteção à promoção**. José Márcio Barros (org.). Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008, pp. 15-26.
- BARROS, J. M. Diversidade Biocultural na Política Cultural Brasileira: uma aproximação ao SNC e PNC. In: **Seminário Nacional de Políticas Culturais e Ambientais**. São Leopoldo, RS: PPG Ciências Sociais da UNISINOS, 2016.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CAMPANHOLA, C. GRAZIANO, J. S. O Agroturismo como Nova Fonte de Renda para o Pequeno Agricultor Brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.;

RIEDL, M. (Org). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. São Paulo: EDUSC, 2000.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, out. 1998.

CUNHA, S. K. CUNHA, J. C. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida de impacto do Turismo no desenvolvimento local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 2. n. 9, p. 110-124, 2005.

DOWBOR, L. POCHMANN, M. (Orgs.). Prefácio. In: **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 5-10.

FROEHLICH, J. M. A (RE) Construção de Identidades e Tradições: o rural como tema e cenário. **Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**. Niterói, RJ, n. 14, p. 117-132, 1º sem./2003.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Rural**. Taubaté, SP, vol. 8, nº 1, jan-abr/2012, p. 198-231.

LANZARINI, R. Turismo e desenvolvimento local: reflexões interdisciplinares a respeito da ilha de Santa Catarina. **VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, ANPTUR, São Paulo, 10 e 11 de setembro de 2009.

LIPOVETSKY, G. SERROY, J. **A Estetização do Mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOPES, J. R. Tudo no mesmo lugar? Cultura e formações culturais na globalização. In: SOUZA, C. M. SILVA, L. C. COSTA, A. R. F. (Orgs.) **Local x Global: cultura, mídia e identidade**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009, pp. 11-34.

MERIGUE, G. L. A Gestão do Turismo para o Desenvolvimento Local. **Revista de Estudos Turísticos**, ed. 26, 2007.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008. 242 p

PIMENTA, C. A. M. MELLO, A. S. Entre Doces, Palhas e Fibras: experiências populares de geração de renda em cidades de pequeno porte no Sul de Minas Gerais. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 20, 2014.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SILVA, J. G. da; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.

TODOROV, T. **O homem desenraizado**. Editora Record, 1999.

ULTRAMARI, C. DUARTE, F. **Desenvolvimento Local e Regional**. 2ed. Curitiba: Ibpx, 2011.

YÚDICE, G. **A Conveniência da Cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

ZUIN, L. F. S. ZUIN, P. B. Produção de Alimentos Tradicionais Contribuindo para o Desenvolvimento Local-Regional e dos Pequenos Produtores Rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Rural**, Taubaté, SP, v. 4, n. 1, jan-abr/2008, p. 109-127.